

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

* 9 FEV 1997

JORNAL DO BRASIL

O poder de pai para filho

JORGEMAR FELIX E CARMEN KOZAK

BRASÍLIA — No dia em que foi eleito presidente do Senado, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) repetiu um ritual quase religioso em seus 69 anos de vida. Acordou cedo, tirou do armário a gravata azul, vermelha e branca — as cores da Bahia —, que na dinastia Magalhães só é usada em momentos simbólicos de poder, e vestiu-a com cuidado quase reverente.

Tarde da noite daquela terça-feira, voltou para o quarto do Hotel Naoum, onde mora em Brasília, e completou o rito iniciado pela manhã. Devolveu a gravata ao armário já sabendo que, quando voltar a enredá-la ao colarinho, será para homenagear seu herdeiro, o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), que deixou a presidência da Câmara com projetos mais altos já bem delineados.

ACM não nega que vive um momento singular de sua biografia, pois apesar de já ter sido três vezes governador da Bahia, ministro de Estado e figura de permanente influência na cena nacional, pela primeira vez chega à chefia de um poder federal. E é de lá que trabalhará, como por ele trabalhou o filho, para ver Luís Eduardo lançar mão da herança e com ela multiplicar os dividendos políticos do clã.

Enquanto os champagnes estouravam na noite da comemoração da vitória, Luís Eduardo observava orgulhoso que o pai reassume o posto de estrela da casa: "Meu QG agora é no Senado, só tenho poder lá." Com a imparcialidade possível ao coração de um filho, Luís Eduardo reage aos

que justificam o sucesso do pai pela truculência dos atos: "Sempre creditaram o poder do meu pai à força, mas ele chegou a presidente do Senado pela eleição legítima."

ACM senta na cadeira de presidente do Senado sob a suspeita de que representa uma ameaça ao sossego e à hegemonia de poder do presidente Fernando Henrique Cardoso. Atacado por seus adversários pelo temperamento turrão e emocionalmente incontrolável, ACM pode acabar emprestando ao comedido Senado esse aspecto de sua personalidade. Em dois anos de mandato, brigou — verbal ou fisicamente — com sete senadores.

Isso faz com que uma parcela nada desprezível de senadores tenha receio de que a ira dos orixás se volte contra eles. São famosas suas brigas e agressões a parlamentares e até mesmo a visitantes do Senado, como no caso do ataque ao pescoço de uma professora que o havia xingado da galeria. Seus adversários usaram esse argumento para tentar derrotá-lo e eleger o senador Íris Resende (PMDB-GO). Em vão.

Agora alimentam a intriga para diminuir a vitória e criar um ambiente hostil para o novo

presidente. "Espero que ele tenha o comportamento que o cargo exige", disse o senador Nei Suassuna (PMDB-PB), agredido fisicamente por ACM. "Antes ele era um senador como outro qualquer, mas hoje representa a instituição, vai ter que rever sua conduta", disse a senadora Marina Silva (PT-AC), outra vítima de Toninho Malvadeza.

Os políticos baianos apostam, porém, no contrário. Acreditam que a serenidade do Senado contagiara ACM. Pode ser. Mais do que a liturgia do cargo — que José Sarney adorava cultivar —, Antônio Carlos sabe que qualquer deslize poderia comprometer o futuro político do filho.

Luís Eduardo é tido como candidato a presi-

to, criou um clima de rompimento com o governo, mas acertou precisamente o momento de recuar e transformar a cobrança em concessão. O Banco Central arrumou um jeito de salvar a instituição baiana e ACM soube creditar isso ao que definiu como "enorme sensibilidade do presidente". Sem romper com ninguém, ao contrário, aproximou-se ainda mais do tucano com sorriso de aeromoça — como ele mesmo define FH.

O presidente revela a amigos que acredita no bom senso de Antônio Carlos em relação a quem vai ficar seis anos no Planalto. E, acima de tudo, Fernando Henrique tem que ser — nos planos de ACM — o cabo eleitoral de Luís Eduardo. Pelo menos é assim que o senador pensa hoje.

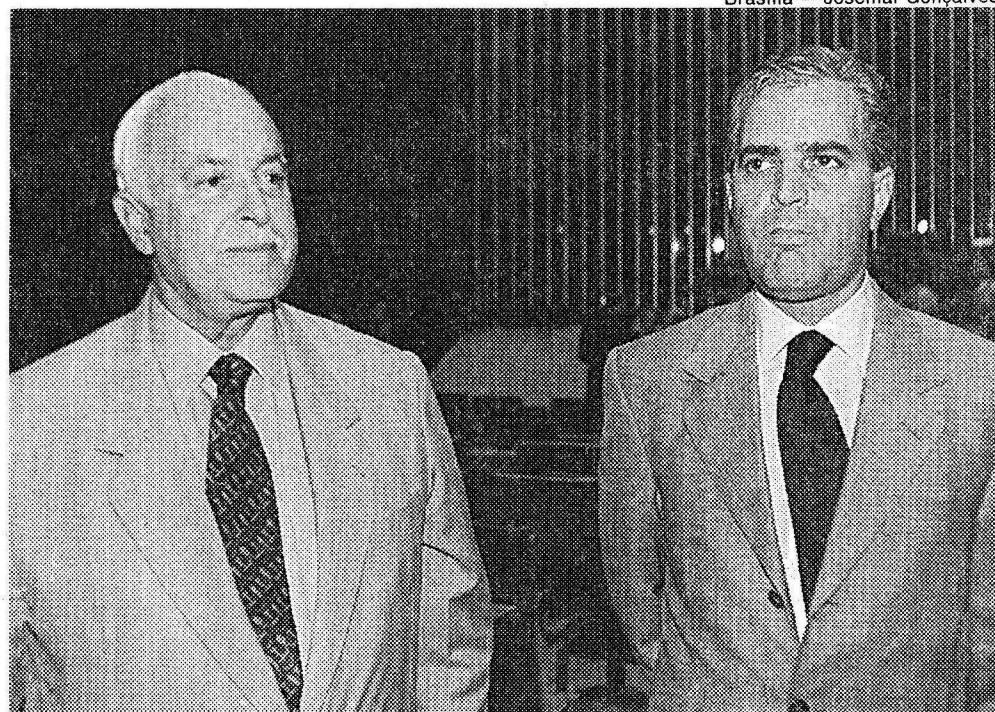
ACM demonstrou — logo no primeiro discurso como presidente do Senado — que FH, quando aposta em sua boa vontade, pode estar certo. Embora tenha atacado o exagero de medidas provisórias, o senador fez a ressalva de que confia no espírito conciliador do presidente da República para resolver o problema que aflige o Legislativo. "Devemos procurar o caminho da racionalidade", aconselhou ACM.

O senador deu outros sinais de benevolência. Definiu o prazo de votação da emenda da reeleição no Senado — até maio. ACM jurou ao governo empenhar-se para manter o texto aprovado pela Câmara sem a obrigatoriedade de desincompatibilização e com reeleição para governadores e prefeitos. Nessa missão, mais uma vez, enfrentará a beligerância

do PMDB. Prometeu também retomar a reforma da Previdência, parada na Comissão de Constituição e Justiça. Acredita ser possível até realizar o sonho do presidente: recompor o monstro que saiu da Câmara, retomando os artigos derrubados pelos deputados.

Os dois anos de gestão de Antônio Carlos são, contudo, prazo muito curto para quem faz especulações sobre o destino dos Magalhães. O meio político está ansioso pela definição da candidatura do filho. Mas a curiosidade é maior ainda em relação ao próximo lance na carreira de ACM. Seu mandato termina em 2002. Em 1999, termina sua gestão na presidência do Senado.

Na festa de comemoração de sua vitória, na super terça-feira, ouviu-se muito que ACM usaria de novo a gravata com as cores da Bahia numa possível reeleição para a presidência do Senado. Os que falaram nessa hipótese, que implica novas alterações constitucionais, eram todos baianos. E, no meio da euforia, não deixaram claro se estavam motivados pelo entusiasmo dos vencedores, se faziam piada, profecia ou cometiam imprudente indiscrição.



Brasília — Josemar Gonçalves

Da presidência do Senado, Antônio Carlos Magalhães trabalhará para Luís Eduardo multiplicar os dividendos políticos do clã. ACM quer o filho no governo da Bahia, em 1998, e candidato a presidente da República, em 2002

dente da República em 2002, provavelmente com o apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso, se for reeleito. Em 1998, disputará um cargo majoritário: senador ou governador da Bahia. O pai quer ver o filho no Palácio de Ondina.

Os amigos de Luís Eduardo aconselham o deputado a permanecer em Brasília. Defendem que estaria mais próximo do Palácio do Planalto. Seu perfil de homem da Corte jamais suportaria o exílio baiano. Um ministro de Estado prevê que o deputado perderá dimensão nacional caso se volte exclusivamente para a política baiana.

Qualquer que seja o destino de Luís Eduardo, ele deverá depender em muito do desempenho de ACM nos próximos dois anos na presidência do Senado. Fernando Henrique arrisca tudo na ganância do político baiano pelo poder para provocar mais o entendimento do que o confronto. Foi assim, em 1995, no caso da intervenção do Banco Central no Banco Econômico.

O senador criou embaraços para o governo, liderou uma marcha de baianos sobre o Planal-